



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**Provimento nº 09/2009 - CGJ**

**Proíbe a permanência de autos judiciais conclusos ou para conclusão nas secretarias judiciais.**

**O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 32, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão) pelo art. 30, XLVI, “a” e “e”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

**CONSIDERANDO** que em inspeções e correições realizadas em diversas unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão constatou-se um número considerável de autos judiciais conclusos, acondicionados fora dos gabinetes de juiz;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regularizar tal situação, deixando os autos conclusos sob a responsabilidade da autoridade judicial, desde o momento em que é lançado o respectivo termo pela Secretaria;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Proibir a permanência de autos judiciais conclusos ou para conclusão no ambiente da Secretaria Judicial.

**Art. 2º** Sob pena de responsabilidade administrativa, o secretário judicial fará a conclusão dos autos no prazo de 24 horas contadas da data do ato que a enseja, seguindo os autos ao gabinete do juiz no mesmo dia.

**Art. 3º** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as publicações em contrário.

Publique-se com divulgação no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na página da Corregedoria Geral da Justiça, para conhecimento de todos(as) os(as) Senhores(as) Juizes(as) de Direito do Estado e Secretários(as) Judiciais.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís(MA), aos 21 dias do mês de maio de 2009.

Desembargador **JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO**  
Corregedor-Geral de Justiça